



Matrizes

ISSN: 1982-2073

matrizes@usp.br

Universidade de São Paulo

Brasil

SAAD CORRÊA, ELIZABETH; DA SILVEIRA, STEFANIE CARLAN
Proposta teórico-metodológica para a pesquisa de objetos no jornalismo
Matrizes, vol. 11, núm. 2, mayo-agosto, 2017, pp. 163-182
Universidade de São Paulo
São Paulo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=143052466009>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

re²alyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Proposta teórico-metodológica para a pesquisa de objetos no jornalismo

Theoretical-methodological proposal for researching objects in journalism

ELIZABETH SAAD CORRÊA^a

Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação. São Paulo – SP, Brasil

STEFANIE CARLAN DA SILVEIRA^b

Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação. São Paulo – SP, Brasil

RESUMO

Objetivamos aqui discutir uma proposta teórico-metodológica para fundamentar a pesquisa e observação de objetos no jornalismo contemporâneo. Recorremos aos conceitos de materialidade na comunicação, associada à teoria ator-rede (TAR), aos estudos vinculados a sistemas, espumas e objetos, todos eles reunidos sob a proposta de um campo mais aberto, interdisciplinar e resiliente para a comunicação contemporânea. Por fim, propomos alguns pontos de reflexão para a construção de conteúdos informativos nesse ambiente.

Palavras-chave: Jornalismo contemporâneo, epistemologia, pesquisa de objetos

ABSTRACT

Our main objective is to propose a theoretical-methodological discussion for the contemporary journalism academic research. We've used objects materiality related to ANT, Systems Theory and Peter Sloterdijk's ideas to propose a more open minded, interdisciplinary and resilient approach for Communication and Journalism research. At the end we propose some reflection items regarding the contemporary storytelling journalistic content.

Keywords: Contemporary Journalism, epistemology, objects

^a Professora titular do Departamento de Jornalismo e Editoração da Escola de Comunicações e Artes (ECA-USP). É coordenadora do grupo de pesquisa COM+, registrado no CNPq. Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-4020-7116>. E-mail: bethsaad@gmail.com

^b Jornalista, doutora em Comunicação pela Universidade de São Paulo (USP) e mestre em Comunicação e Informação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Orcid: <http://orcid.org/0000-0001-6767-6839>. E-mail: scsilveira@usp.br

INTRODUÇÃO

A CONEXÃO ENTRE OS estudos de jornalismo e as transformações decorrentes da digitalização crescente nas últimas décadas tem produzido uma sucessão de pesquisas, debates e experimentações no processo de produção informativa. Temos por objetivo aqui discutir uma proposta teórico-metodológica para fundamentar a pesquisa e observação de objetos no jornalismo contemporâneo.

O campo jornalístico, assim como toda coletividade e contexto em que estamos inseridos na atualidade, está diretamente ligado ao uso de dispositivos técnicos digitais que alteram suas instâncias de produção, distribuição e consumo. Consideramos que abordar esse cenário a partir de um olhar teórico-metodológico moderno, ou ainda, que não dê conta de suas multiplicidades e diversidades, pode gerar dissonâncias entre o desenvolvimento de pesquisas na área, a práxis e a própria evolução da produção e consumo de informações. Buscamos apresentar neste texto uma visão mais alinhada com a constante mutabilidade dos objetos de pesquisa e também com a ubiquidade da tecnologia digital no contexto de vida atual.

Recorremos aos conceitos de materialidade na comunicação, associada à teoria ator-rede (TAR), aos estudos vinculados a sistemas, espumas e objetos, todos eles reunidos sob a proposta de um campo mais aberto, interdisciplinar e resiliente para a comunicação contemporânea. Por fim, propomos alguns pontos de reflexão para a construção de conteúdos informativos nesse ambiente.

A exemplo de discussões similares do campo ampliado da comunicação, em que se inserem os estudos do jornalismo, consideramos que já não é mais adequada a separação entre digital e não-digital, na medida em que a condição digital está imbricada – para o bem e para o mal – na sociabilidade, na cultura, no consumo, nas instituições, nos valores coletivos.

Assim, num espaço acadêmico de estudos do jornalismo é preciso buscar os aportes teórico-metodológicos que sustentam um campo em evolução e, a partir deles e com um olhar flexível, transversal e resiliente, desenvolver a compreensão do processo informativo.

A problematização deste artigo inspira-se na seguinte questão:

Q1: Como absorver rupturas e adequar-se às transformações dentro dos estudos em jornalismo que envolvem a investigação de objetos digitais?

A observação do cenário recente que envolve a atividade informativa aponta para três hipóteses, que assumimos neste texto:

H1: Há uma necessidade de atualização dos preceitos ligados à modernidade e à sociologia tradicional, na medida em que, na atualidade, os objetos assumem posturas e agenciamentos que não cabem dentro dessas abordagens;

H2: A partir de um olhar renovado, as empresas jornalísticas devem se ver enquanto sistemas e, a partir daí, operar levando em consideração o seu entorno e, conseqüentemente, outros sistemas com os quais entram em interação;

H3: Não podemos mais distinguir na comunicação e no jornalismo um espaço separado para o estudo do digital; o enraizamento das tecnologias digitais de informação e comunicação percorre de forma transversal todas as atividades comunicativas e informativas do mundo contemporâneo, o que faz com que seja necessária uma postura de centralidade, transversalidade e resiliência nas pesquisas das áreas.

Uma das características que envolvem a pesquisa em ciências da comunicação, vinculada a temas rotulados como *novas mídias, tecnologias digitais de informação e comunicação, comunicação digital, mídias digitais, cibercultura, mídias sociais*, dentre as muitas terminologias em uso, tem sido o enfrentamento da extrema mutabilidade dos objetos de pesquisa e, especialmente, o respectivo enquadramento no cenário teórico-metodológico tradicional e consolidado do campo.

Em 2008, no auge do processo de integração e solidificação das tecnologias digitais na sociabilidade contemporânea, discutimos esse mesmo tema em trabalho focado na compreensão de uma epistemologia para a comunicação digital (Saad Corrêa, 2008). À época, tínhamos preocupações em torno da diversidade e mutabilidade dos objetos, da necessidade de ampliação das fronteiras do campo autoral-teórico e da quase obrigatoriedade de monitoramento antecipatório das práticas para a construção posterior do processo de pesquisa.

Também à época nos baseamos em propostas de pesquisadores como Braga (2007), que apresenta o campo da comunicação como uma ciência indiciária, o que sustentaria pesquisas com propostas teórico-metodológicas mais adequadas à mutabilidade e diversidade dos objetos da digitalização; e de Sodré (2007), que já propunha uma revisão interpretativa do campo da comunicação em função da própria mutação global da coletividade.

Importante dizer que não temos a intenção de propor modelos, criar teorias ou fechar posicionamentos sobre os estudos em jornalismo, mas sim colocar em discussão coletiva uma visão sobre tema.

UMA PROPOSTA TEÓRICO-METODOLÓGICA

O cenário evolutivo aqui pontuado para o jornalismo contemporâneo também exige uma pesquisa acadêmica atual e contributiva às práxis e observações de seus objetos empíricos. Assim, assumimos que a produção jornalística contemporânea se baseia numa rede de agentes mediadores – humanos e não humanos – do processo comunicacional, enquanto peças capazes de interferir nas características de uma experiência de consumo de informação. Também assumimos que, atualmente, a rede digital – por onde transitam notícias, informações e dados – está presente e imperceptível em todos os lugares e espaços. Ela é ubíqua.

Com isso, para o desenvolvimento de estudos e sua respectiva disseminação para a práxis, nessa configuração de ubiquidade que abriga redes de agentes mediadores, propomos a utilização de um conjunto teórico que combina os conceitos de materialidade dos objetos comunicacionais e a teoria ator-rede¹ como pilares dos agentes de mediação do processo, elementos que ultrapassam uma mera ferramenta técnica; a teoria dos sistemas e a metáfora da espuma, proposta na teoria filosófica de Peter Sloterdijk (2015), que se unem para nos oferecer uma visão integrada dos atores participantes do processo comunicacional; e as condições epistemológicas de centralidade, transversalidade e resiliência que ora atribuímos ao campo da comunicação. Desenvolvemos os aspectos conceituais desta proposta nos itens que seguem.

¹ Utilizamos aqui a denominação teoria ator-rede para nos referir à proposta teórica apresentada por Latour e outros teóricos. No entanto, esclarecemos que o termo não possui unanimidade no mundo acadêmico. Segundo Holanda (2014), outros termos também utilizados para referir-se ao debate proposto pela TAR são sociologia da tradução, sociologia do social ou sociologia das associações. Neste trabalho, optamos pelo termo teoria ator-rede para remeter às discussões propostas por todas estas terminologias.

Materialidade e teoria ator-rede

São diversos os autores que indicam a materialidade dos objetos comunicacionais como um conceito (e uma concretude) a ser cada vez mais incorporado ao campo, especialmente na medida em que a evolução tecnológica decorrente da digitalização confere aos dispositivos (originalmente passivos e desprovidos de interação inteligente) um caráter de transmissores de mensagens, para ampliar e incorporar a disseminação da cultura e a estruturação de relações sociais e ambientes humanos.

Um dos representantes desse pensamento no cenário brasileiro é o pesquisador Erick Felinto, que desde os primórdios da digitalização vem discutindo o tema:

Em primeira instância, falar em “materialidades da comunicação” significa ter em mente que todo ato de comunicação exige a presença de um suporte material para efetivar-se. Que os atos comunicacionais envolvam necessariamente a intervenção de materialidades, significantes ou meios pode parecer-nos uma ideia já tão

assentada e natural que indigna de menção. Mas é precisamente essa naturalidade que acaba por ocultar diversos aspectos e consequências importantes das materialidades na comunicação – tais como a ideia de que a materialidade do meio de transmissão influencia e até certo ponto determina a estruturação da mensagem comunicacional. (Felinto, 2001: 3)

Felinto, ao enfatizar a materialidade da comunicação, não sugere uma epistemologia completamente nova ao campo, mas sim parte de um ponto de vista diferente dentro da noção tradicional. Associamos sua visão àquelas de Gumbrecht (2010) e Hanke (2006), que contribuem com um olhar semiótico para esse novo ponto de vista, segundo o qual a materialidade dos objetos comunicacionais é parte central na caracterização e nas formas de expressão dos significantes, uma vez que um objeto pode oferecer diferentes *affordances*² adaptáveis (e muitas vezes convenientes) ao formato comunicacional em que atua.

Ao assumirmos os objetos comunicacionais, aqui entendidos também como dispositivos, segundo a conceituação de Agamben (2009), componentes ativos e influenciadores no processo comunicativo. Considerando que as narrativas jornalísticas constituem parte integrante desse processo, é possível estabelecer uma conexão direta com a teoria ator-rede (TAR), preconizada por Latour (2012) e outros autores, para quem o simbólico e o social na comunicação não estão dissociados do material, e a materialidade não é simplesmente um intermediário técnico, mas sim um ator não humano que atua em nível de igualdade com os demais componentes do processo.

O pensamento do geógrafo Milton Santos (2006) reforça o olhar de Latour (2012). Para ele, há uma inseparabilidade entre o objeto, seu contexto, a interação entre os sistemas atuantes e o sistema de objetos contido num espaço em transformação. Para o pesquisador, não é possível pensar numa realidade filosófica para os objetos porque não se está habilitado a conhecê-los de fora do sistema em que atuam, o qual também não existe separadamente do próprio objeto em si. Portanto, retomando Latour (2012), o ponto importante é definir o agente com base naquilo que ele faz, por isso o uso da palavra *actante*, a fim de que se inclua tanto humanos quanto não humanos no processo. A teoria ator-rede, proposta por ele, entende que a definição de social estática e imóvel não dá conta das instabilidades e controvérsias que podem ocorrer durante a associação dos agentes.

Assim, o caminho das associações é criado pelos próprios actantes, pelo andamento das possíveis instabilidades. Para o autor, a ordem é trazida pelo desdobramento dos processos e não se pode impor um sentido dado às ações, mas sim acompanhá-las, entendendo que os humanos criam e agem com os

² Gibson (1986) conceitua *affordance* (o termo não possui uma tradução para o português) como aquilo que o ambiente/objeto oferece, provê, possibilita a quem interage com ele. Para o autor, os objetos detêm determinadas *affordances* previstas em sua criação ou inerentes a sua natureza e essas não mudam de acordo com a necessidade do interagente ou conforme sua percepção. No contexto das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), *affordance* pode ser entendida como a relação mútua entre as ações de um ator e as capacidades tecnológicas disponíveis e potenciais para a realização dessas ações.

artefatos não humanos, mas estes também reagem sobre aqueles e interferem nas formas de associação finais. O homem cria o artefato, mas este também o recria quando ambos entram em interação. Exemplificando,

Você é diferente com uma arma na mão; a arma é diferente com você segurando-a. Você é outro sujeito porque está segurando uma arma; a arma é um outro objeto porque entrou em uma relação com você. A arma não é mais a arma no arsenal ou a arma na gaveta ou a arma no bolso, mas sim a arma na sua mão, apontada para alguém que está gritando. O que é verdade sobre o sujeito, sobre o atirador, é também tão verdade sobre o objeto, a arma que é apontada. [...] O duplo erro dos materialistas e dos sociólogos é começar com essências, dos sujeitos e dos objetos. Esse ponto de partida torna impossível a mensuração do papel de mediação da técnica. Nem sujeito, nem objeto (nem suas intenções) são fixos. (Latour, 1994b: 33)

Interessa-nos, neste trabalho, enfatizar o aspecto da agência dos objetos. Essa agência, obviamente, não é sinônimo de que o objeto determina a ação, mas sim que ele é parte fundamental dela, assim como também o são os outros atores que dela participam. Este trabalho seria completamente diferente caso estivesse sendo escrito à mão ou numa máquina de escrever, ou ainda, se estivesse sendo escrito num computador sem acesso à internet. Esses objetos não determinam a realização ou não do trabalho, mas influenciam, *autorizam, permitem, concedem, estimulam, ensinam, sugerem, influenciam, interrompem, possibilitam* ou *proíbem*, usando os verbos trazidos por Latour.

Retomando uma das características fundantes do jornalismo – seu papel mediador entre os acontecimentos e a coletividade – e o fato de que ele, atualmente, traduz um modo de consumo de informações e notícias baseado em dispositivos móveis digitais conectados em rede, problematizamos novamente: como poderíamos explicar o cenário midiático atual se não déssemos a devida atenção à agência dos dispositivos móveis digitais? Como seria possível compreender o contexto da comunicação na era atual sem levarmos em conta, enquanto atores, os aparatos tecnológicos, a internet, os *smartphones* e a conexão ubíqua? Lemos corrobora nossos questionamentos: “Como, em uma área como a da comunicação, na qual tudo é mediado por artefatos tecnológicos sofisticados, não dar atenção aos híbridos? Essa é a Teoria Ator-Rede (TAR)” (2013: 23).

Para produzir conteúdo jornalístico são necessários diversos elementos: jornalistas, papel, *tablet*, redes, internet, computadores, telefones, publicitários, anunciantes, distribuidores, escolas de comunicação, satélites, concorrentes etc. Conforme Lemos (2011), a ação do jornalismo é fruto de um conjunto de associações entre actantes humanos e não humanos, logo, não é possível dissociar

da produção de conteúdo a importância do dispositivo móvel digital e sua especificidade técnica. Para que a acoplagem jornalismo-artefato móvel-leitor se constitua efetivamente é preciso que todos os elementos envolvidos sejam considerados, pois todos estão numa relação de codependência e conexão. Trata-se de uma associação entre agentes múltiplos.

Lemos (2011) propõe que os agentes não humanos sejam vistos de uma forma diferente daquela que o pensamento tradicional atribui a eles: o comportamento de entidades passivas. Para o autor, um computador, as leis, um telefone, um martelo, as redes sociais on-line não são de um lado intermediários e de outro, atores, mas sim podem exercer ambos os papéis, de acordo com as associações que forem criadas durante seu uso. Actante remete a tudo aquilo que gera ação, logo, se há ação pode-se utilizar o termo para designar o objeto, do contrário não há actante. Os agentes não humanos entram em ação quando acoplados a agentes humanos e vice-versa, logo, o tornar-se actante constitui-se num conjunto e processo de interação. Lemos explica que, para Latour, o social é o resultado das associações, e não a explicação delas. Ferramentas só são apenas ferramentas quando não estão produzindo ação.

Retire do “jornalismo” a internet, as empresas jornalísticas, as universidades e professores de jornalismo, os jornaleiros, os distribuidores, os computadores, os celulares, os órgãos reguladores, o papel jornal, a web... e veja se você ainda vê algum “sujeito” livre de amarras! [...] A genialidade e originalidade de uma ação não vêm da independência de outros *actantes*, mas justamente do contrário: das boas associações estabelecidas. (Lemos, 2011: 18-19)

Essa noção de que os objetos (e também os humanos) só são atores quando mobilizados ou quando seus traços podem ser detectados, nos leva à ideia de mediação em Latour e, portanto, ao papel de mediação inerente ao jornalismo. Para o autor, um objeto pode ser mediador ou intermediário, sendo o primeiro aquele que transforma, altera, mexe com a ação na qual está envolvido e, o segundo, o objeto que não interfere no processo, apenas atua como suporte. O mediador é complexo, múltiplo; o intermediário é uma coisa só, único.

Santaella e Cardoso (2015) reforçam que a mediação deve ser compreendida como o resultado de uma associação, da influência homem-objeto, objeto-homem. Segundo os autores, dentro do contexto da tecnologia digital esse aspecto fica ainda mais evidente, pois os sensores que carregamos conosco diariamente são capazes de nos alertar sobre alguma coisa, validar uma ação específica ou ainda impedir algo de ser executado. “A ideia de ação funda não apenas a condição técnica, como também a condição humana” (Ibid.: 175).

Isso não quer dizer, obviamente, que um ator não humano nunca possa ser um intermediário ou que em nenhum momento um dispositivo móvel digital possa se comportar como intermediário. Em nosso recorte, voltado para uma ação de consumo de conteúdo jornalístico via dispositivo móvel digital, consideramos que o artefato exerce uma função de mediador, no entanto, justamente por termos um olhar fundado na TAR, não podemos marcar essa função como definitiva e imutável. Tudo depende da associação, da rede que se forma entre atores, sejam eles humanos, sejam não-humanos. Da mesma forma, sem hierarquia, um humano também poderia exercer a função de intermediário.

Westlund e Lewis (2014) defendem que, na atualidade, é necessário conceituar melhor as mudanças na natureza dos atores humanos e não humanos também dentro do jornalismo. Para os autores, as transformações tecnológicas dos últimos anos fizeram que a fronteira entre produção e consumo ficasse obscura, trazendo novas configurações aos atores humanos e não humanos, às audiências e às rotinas de produção da atividade jornalística. No entanto, para eles, os estudos sobre jornalismo têm uma tendência a ser humano-centrados, investigando papéis profissionais ou restrições editoriais nas organizações, sem reconhecer suficientemente a relevância da tecnologia nas interações.

Para tentar suprir essa lacuna, os autores propõem o desenvolvimento de uma ênfase sociotécnica nos estudos sobre jornalismo. A proposta não é determinista sobre a influência da tecnologia, nem sobre o papel dos sujeitos; a ideia é oferecer um olhar que possa revelar nuances nas relações entre todos os atores que continuamente formam redes em torno do jornalismo. Westlund e Lewis (2014) apresentam uma matriz para a pesquisa em jornalismo que envolva a produção em multiplataformas. Para isso, eles definem quatro As que fazem parte dessa matriz: atores, actantes, audiências e atividades.

No que se refere a atores, os pesquisadores propõem que se enxergue dentro e também além da organização jornalística, desde fontes a anunciantes, fornecedores, programadores, *designers*, vendedores e equipe administrativa. Em actantes, os autores localizam todos os elementos materiais essenciais para o desenvolvimento da atividade jornalística, incluindo computadores e impressoras da redação, até o sistema de publicação de conteúdo e os algoritmos programados nele. Em audiência, estão todos os sujeitos que podem vir a consumir o conteúdo jornalístico produzido e distribuído. Por último, em atividades, estão todos os tipos de rotinas e práticas da empresa jornalística –editoriais ou não – que revelam como resultado o produto enviado aos consumidores. O objetivo dessa divisão é colocar os quatro elementos num quadro de estágios da produção jornalística e demonstrar que, em muitos casos, todos os elementos participam, interferem e modificam as etapas de produção do conteúdo jornalístico, de forma

semelhante, sem a predominância do sujeito jornalista, que ocorria comumente nos estudos tradicionais sobre o tema.

Sistemas, espumas e objetos

Se, de um lado, assumimos a materialidade apoiada pela TAR como base para sustentar a ideia de que o jornalismo incorpora em sua práxis mediadora a ação e a influência dos dispositivos-objetos, de outro temos que considerar como a mediação jornalística ocorre num cenário sistêmico, que envolve uma cadeia processual e produtiva, a qual extrapola os limites de uma redação, por exemplo.

Nesse sentido, recorreremos à teoria dos sistemas para fundamentar nossas proposições. Para Bertocchi (2014), essa teoria oferece uma perspectiva que ajuda a observar e compreender fenômenos complexos da atualidade. O trabalho dessa pesquisadora utiliza a teoria dos sistemas como base para pensar a narrativa digital de forma holística. Nesse caso, a narrativa se apresenta como o resultado visível do sistema, sendo possível enxergar, a partir dela, o sistema complexo do qual faz parte. Na visão de Bertocchi, a narrativa é um sistema “no qual atuam distintos atores humanos e não humanos e que produz um todo maior que suas partes. A narrativa digital jornalística passa a ser, portanto, necessariamente, um ato coletivo. Como sistema complexo, agrega subsistemas com regras singulares” (Ibid.: 14).

Na teoria dos sistemas, cada parte do todo exerce uma função essencial que individualiza esse elemento. Sua função, de acordo com Lima (2014), condiciona o comportamento do sistema inteiro e também de seus subsistemas. A empresa jornalística pode ser considerada um sistema que abarca e depende de diversos outros, internos e externos, todos com funções associadas entre si; aí se incluem jornalistas, redação, jornalheiros, computadores, consumidores, dispositivos de consumo, entre outros, todos operando de forma interligada e interdependente.

Para reagir satisfatoriamente aos estímulos do ambiente, há necessidade de funcionamento orientado contextualmente. De nada adianta a redação da *Gazeta* produzir um ótimo trabalho de cobertura sistêmica da realidade, se o departamento comercial patina pela falta de sintonia com a proposta editorial, buscando suporte publicitário onde não há afinidade temática com a linha do veículo. (Lima, 2014: 453)

Da mesma forma, como dito pelo autor, que defende a necessidade de um sistema funcionar orientado contextualmente, o sistema de uma empresa jornalística deveria operar levando em consideração seu entorno e, consequentemente, os

outros sistemas que entram em interação. Na questão específica dos dispositivos móveis digitais, o que se está querendo apresentar nesta pesquisa é a necessidade de que os agentes levem em conta a importância dos outros e suas características específicas. Quando a instituição jornalismo leva em consideração a relevância do papel exercido pelo actante não humano, pode ser capaz de produzir de forma a aproveitar todas as potencialidades oferecidas pelo dispositivo, funcionando a seu favor na constituição dessa associação entre agentes.

Assim como a TAR, a teoria dos sistemas busca romper com a ideia de causa e efeito para explicar um fenômeno, voltando-se para as relações, interações e influências que ocorrem dentro da própria rede constituída pelos atores. Segundo Lima (2014), um sistema é composto por subsistemas que, por sua vez, são constituídos de outras partes, e todos estão integrados, havendo dinâmicas de trocas entre eles e o ambiente externo.

A comunicação, processo que dá liga essencial a essas interações notavelmente desafiadoras, é majoritariamente ainda encarada sob parâmetros concebidos no mundo menos complexo do século XIX e primeira metade do século XX. Convém um salto de qualidade na assimilação do universo sistêmico. (Ibid.: 449)

Se assumirmos que: qualquer sistema é composto por diversos subsistemas; o processo jornalístico *per si* tem características sistêmicas; e o engendramento dos subsistemas internos a uma empresa informativa inclui sua relação com outros sistemas externos a ela, é possível afirmar que todo o conjunto que opera a produção, o acesso e o consumo da informação jornalística resulta de uma acoplagem *ad infinitum* de sistemas.

Recorremos a Gumbrecht (2010) que, por sua vez, assume os conceitos de Maturana e Varela: a ideia de acoplagem pressupõe a existência de dois sistemas e sua ocorrência pode se dar em primeiro ou segundo nível. No primeiro, um sistema condiciona o estado do outro e vice-versa, mas de forma finita, sempre dentro de uma sequência de possibilidades. Um exemplo dado pelo autor é o samba. O ritmo é um modelo de acoplagem finita.

Aqui nos interessa mais especificamente o segundo nível. Nele, a acoplagem dos sistemas é capaz de engendrar diferentes estados de forma infinita. Ou seja, nesse caso, a acoplagem possui um caráter produtor, gerando estados novos e desconhecidos. Ao observarmos, utilizarmos e analisarmos um aplicativo jornalístico para *smartphones*, por exemplo, geramos um estado específico dessa acoplagem, no entanto, esse estado só existe como parte da acoplagem e, nesse sentido, somos, ao mesmo tempo, independentes, pois também somos capazes de observar essa acoplagem do exterior. Para um observador, um sistema

só funciona como tal se por meio de suas próprias operações ele se volta a si mesmo como sistema.

De fato, faz parte da acoplagem, no entanto, pretende observá-la como se não o fizesse. E, uma vez que a acoplagem de segundo nível engendra a ilusão, impressão de realidade, isto é, quando emerge o estado de auto-observação, então já se dispõe de um nível de observação ou de representação: um nível semântico. [...] Ao descrever a acoplagem do corpo de Nietzsche com sua máquina de escrever, devo considerar que a forma material desta máquina desempenha um papel decisivo na constituição do sentido. A máquina, enquanto forma, contribui à acoplagem. Portanto, acrescentaríamos a possibilidade de incluir o aspecto da materialidade dos meios. (Gumbrecht, 2010: 402)

Importante buscarmos uma proposição de sentido da teoria dos sistemas com o campo da comunicação e aqui recorreremos a Luhmann (1996) e Sloterdijk (2006), embora a discussão a partir desses dois autores requeira um amplo detalhamento, que ultrapassa os limites deste artigo. Portanto, pontuamos em seguida as principais ideias e suas correlações com nossas problematizações e hipóteses.

Para Luhmann (1996), a comunicação deve ser o ponto de partida de uma reflexão sobre o social, já que, sendo a estrutura basal mais abarcadora, inclui a ação, sem esgotar-se nela. O autor explica a constituição dos sistemas a partir da diferença com o entorno. Sendo assim, a comunicação, em seu sentido mais abstrato e geral, é uma observação enquanto efetua uma diferença. Portanto, o nível de abstração mais alto em que se pode colocar a comunicação é a operação de observação. Ao observar, utilizamos a diferença para designar um algo e um outro. “A operação de observação é capaz de efetuar – como consequência de sua dinâmica paradoxal – a observação sobre si mesma, de tal maneira que pode levar a cabo uma observação da observação: uma observação de segunda ordem” (Ibid.:17).

Peter Sloterdijk (2006) vai mais adiante na questão ontológica. Ele também critica a ontologia, assim como Luhmann, e oferece a noção de espumas para compreensão da época atual. Desse ponto de vista, a vida se desenvolve de maneira multifocal, multiperspectivista e heterarquicamente. A ideia de heterarquia é trazida por ele a fim de romper com o modelo de hierarquia de um ator sobre outro ou de um sistema sobre outro. Nela, não há poder unidirecional, mas sim um conjunto independente e interdependente de seres, operando relações bidirecionais e horizontais. A espuma é heterárquica, é uma rede antropotécnica.

Peter Sloterdijk tem uma opinião bem formada a respeito do mundo digital das espumas. Para ele, a vida se articula em cenários simultâneos, imbricados uns com outros, se produz e consome em oficinas interconectadas. Mas o que é decisivo para nós: ela produz sempre o espaço no que é e que é nela. (Bairon, 2015: 362)

Assim como Latour (2012), Sloterdijk (2006) também descarta a noção clássica de sociedade e até mesmo a própria palavra. As espumas apresentam a ideia de superação de uma esfera única para esferas múltiplas, poliesferas. O mundo atual, que Bauman chama de líquido, é ainda mais fluido em Sloterdijk e não parece mais adequado observá-lo a partir das ideias tradicionais da sociologia clássica. Como afirma Santaella (2007: 23),

as esferas são, ao fim e ao cabo, índices da denúncia do autor contra a ontologia e lógica tradicionais nas suas divisões dicotômicas entre corpo e alma, espírito e matéria, sujeito e objeto, liberdade e mecanismos, entre o eu e o mundo e, mais além entre a natureza e a cultura.

Centralidade, transversalidade e resiliência

Reafirmamos que o conjunto teórico até aqui proposto requer uma ampliação de fronteiras para os estudos em jornalismo, uma vez que estão atrelados ao cenário mutante da comunicação. Baseamos este item no conjunto de proposições de Saad Corrêa (2016).

Em termos de práxis, falamos de um exercício da comunicação onde emerge o *comunicador*, multifacetado e com competências e habilidades que agregam saberes e práticas oriundas do jornalismo, das relações públicas, da propaganda e da publicidade; além conviver rotineiramente (e muitas vezes pessoal e diretamente) com saberes e competências *extracampo* oriundos de áreas que emergem a partir da digitalização (a exemplo do *design*), da informática, das ciências da informação, entre outras. Temos claro que o profissional de jornalismo, a despeito de todas as complexidades do negócio, insere-se nesse perfil.

Em termos epistemológicos, não podemos mais distinguir na comunicação e no jornalismo um espaço separado para o estudo do digital. O enraizamento das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TICs) percorre de forma transversal todas as atividades comunicativas e informativas do mundo contemporâneo (inclusive aquelas hoje categorizadas como analógicas e/ou “off-line”). Assim, apontamos três condições, ou ainda três olhares para o entendimento e o desenvolvimento de atividades comunicativas

na contemporaneidade dominada pela ubiquidade do digital: centralidade, transversalidade e resiliência.

Entendemos que centralidade é o reflexo imediato do papel que a ação comunicativa vem assumindo nas relações sociais e nas atividades organizativas e financeiras, principalmente na medida em que as plataformas digitais se configuram no chamado *modo 2.0*, possibilitando a participação ativa, dialógica e expressiva dos usuários em rede, quebrando a lógica linear clássica do processo comunicativo (emissor-mensagem-receptor).

Resultam dessa centralidade, repercutindo inclusive nas práticas de mercado: a complexificação dos estudos de comunicação e jornalismo na medida do estreitamento de sua relação com as TICs e seu respectivo processo de inovação; uma fluidez teórica e autoral associada à própria fluidez e mutação dos processos midiáticos, dispositivos e plataformas; a necessidade de convivência com a reinterpretação de conceitos pétreos, aceitando seus novos entendimentos, a exemplo de públicos, mediação, mídia, legitimidade, entre outros; a necessidade de aceitar e conviver com a introdução de um *interferente* conjunto de conceitos ainda em estado de configuração no campo, a exemplo de interatividade, midiaticização, virtualidade, temporalidade-espacialidade, mobilidade, curadoria, mensuração, participação e colaboração, conteúdo, entre outros; a ampliação do rigor metodológico decorrente da própria centralidade com relação a outros campos científicos, num cenário de extrema diversidade de modelos, metodologias e técnicas de pesquisa.

Ao nos referirmos à transversalidade temos em foco a própria ubiquidade da rede, atuando simultaneamente nos processos que operam as atividades comunicativas, nos sistemas que integram processos anteriormente fragmentados, nos dispositivos cada vez mais convergentes (devido às *affordances* que incorporam funções de mobilidade, geolocalização e interatividade aos suportes comunicativos clássicos), e nos próprios produtos midiáticos.

Resulta da transversalidade ser discutível à separação de estudos e pesquisas em on-line e off-line. Se o vetor digitalização é transversal a todo o campo da comunicação (aqui levando em conta as lógicas de multiterritorialidade e mestiçagem), há que se repensar a estrutura vigente das especialidades e das próprias denominações profissionais; a reconfiguração das noções de tempo/velocidade e espaço/local decorrentes das tecnologias digitais favorece a lógica da transversalidade na construção dos fatos e representações.

Por último, ao nos referirmos à resiliência, indicamos uma condição de adaptabilidade de toda estrutura da comunicação e do jornalismo, suas teorias e práticas, a esse cenário caracterizado como fluido em seus saberes e mutante em suas bases técnicas. A noção de resiliência parece-nos viável para abrigar

essa espécie de *convulsão* que experienciamos. Resulta da resiliência uma agregação da diversidade necessária ao momento sem, entretanto, alterar a essência do papel da comunicação na construção dos saberes e de sua posição cada vez mais central no tecido coletivo contemporâneo.

Se a condição de centralidade é decorrente de uma constatação das práticas digitalizadas e a transversalidade resumiria um conjunto de mudanças estruturais no modo de entender e transmitir saberes no campo comunicativo, a postura de resiliência requer um envolvimento comportamental e intelectual por parte de quem discute a epistemologia do campo e, principalmente, de quem pratica a comunicação rotineiramente.

Essas três condições propõem para os profissionais da área, sejam eles acadêmicos ou não, justamente uma significativa redução de dicotomias. O meio ubíquo implica um *modus operandi* comunicativo mais criativo e inovador e menos reprodutivo de práticas tradicionais e conservadoras, pouco adequadas ao ambiente.

O conjunto de autores e recortes conceituais que abordamos neste item sustenta nossa problematização inicial de que os estudos em jornalismo na contemporaneidade necessitam absorver a ruptura que o tempo ora vivenciado nos imprime. Também apresenta um ambiente de práxis altamente vinculado à fluidez transformadora e ubíqua da relação que se estabelece no campo da comunicação e da coletividade como um todo.

O próximo e último item coloca em discussão a possibilidade de novos olhares para o desenvolvimento de estudos no campo da comunicação, especificamente para o jornalismo.

SOBRE OBSERVAR E ANALISAR A PRÁXIS JORNALÍSTICA CONTEMPORÂNEA, A TÍTULO DE CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentamos um panorama heterodoxo que indica fortes mudanças conceituais relacionadas ao jornalismo: a materialidade dos objetos e sua elevação à categoria de elementos ativos e influenciadores – actantes; a ideia de que existem conexões flexíveis, resilientes e transversais entre todos os componentes do processo de produção, disseminação e consumo informativo – a TAR; o enquadramento de tais conexões numa teoria sistêmica que desloca a autorreflexividade da práxis jornalística para um cenário de conexões intersistêmicas infindáveis que se formam, deformam e reconformam como espumas que flutuam no ar.

Por outro lado, os procedimentos metodológicos da academia esperam, minimamente, que os estudos sejam conduzidos de modo coerente com dada lógica, regida por protocolos de pesquisa e análises bastante formais e estruturadas.

Podemos perceber que todos os autores aqui retomados estão em consonância, cada um a seu modo e em sua proposta teórica, com a evolução dos preceitos da sociologia tradicional e também – porque não dizer? – da própria tradição de pesquisa em comunicação. Inscrever esta proposta no âmbito das discussões que envolvem os conceitos apresentados até aqui implica aceitação do constante movimento de transformação dos objetos de pesquisa empíricos e, conseqüentemente, teóricos. Isso não quer dizer que o trabalho se torna menos fundamentado ou sólido em suas bases teóricas. Significa sim, entender que é preciso dar conta do hibridismo do campo da comunicação e recorrer a diversos outros campos, a fim de obter o melhor olhar epistemológico sobre o objeto. É preciso, ainda, dar conta da mutabilidade dos objetos, que obriga o pesquisador a estar em constante alerta acerca de teorias e suas aplicações empíricas.

Já em 2015 destacávamos esse aspecto e tínhamos clara a necessidade de entender que há um enraizamento da tecnologia em quase todas as atividades comunicativas e informativas da atualidade. Defendemos que, nesse contexto, é preciso inserir posturas de resiliência nas abordagens teórico-metodológicas dos trabalhos desenvolvidos no campo da comunicação. Além disso, também é preciso compreender que a atual condição do campo vai demandar dos pesquisadores algumas reinterpretações e novos entendimentos de conceitos consolidados do campo, como mediação, mídia, consumidor, interação e social: “O momento ora vivenciado pelo campo privilegia a abertura, a dissolução de fronteiras e a experimentação de combinações teórico-metodológicas, enfim uma disciplinaridade de protocolos de pesquisa, mas uma não disciplinaridade de paradigmas e teorias” (Saad Corrêa, 2015: 12).

Busca-se aqui um olhar resiliente e híbrido sobre o campo da comunicação, trazendo para o debate o enraizamento da tecnologia na comunicação contemporânea e, com isso, uma conseqüente e necessária visão atualizada sobre os objetos empíricos e teóricos desse contexto. Isso implica uma indispensável superação de visões baseadas em determinismos sociais, tecnológicos, lógicas causais, demasiadamente apocalípticas ou, ainda, otimistas.

Além disso, implica ruptura na uniformização de protocolos de pesquisa de produtos jornalísticos na ubiquidade, uma vez que a mutação destes está vinculada à própria mutação do conjunto de sistemas no qual se inserem e aos dispositivos tecnológicos que utilizam.

Para Felinto (2001), a materialidade da comunicação não possui um objeto de estudo específico, mas sim pode ter seus princípios aplicados a diversos e inúmeros objetos. Nesse aspecto, Felinto faz uma crítica à incessante busca de muitos teóricos e pesquisadores sobre qual seria o objeto de pesquisa do

campo da comunicação. Fugindo de uma ideia de epistemologia pura, isolada e intocada por outros campos do conhecimento, a materialidade é transdisciplinar e aplicável a um múltiplo número de objetos. “O que importa aqui não é essencialmente a natureza, o estatuto ontológico do objeto, mas sim a busca de um novo modo de encarar os objetos culturais” (Ibid.: 11).

Tanto Felinto quanto Gumbrecht, Latour e também Luhmann voltam suas pesquisas para um olhar que se distancia do paradigma da modernidade. Latour (1994a) defende, em *Jamais fomos modernos*, um distanciamento do purismo epistemológico amparado no âmbito da modernidade. A condição de heteronomia entre campos e saberes, humanos e não humanos, também é criticada por Sloterdijk (2006). Latour, Luhmann e Sloterdijk convergem para a proposição de que o social não pode ser estudado de forma separado ou distante do observador. O social não é uma instância que pode ser aplicada a fenômenos específicos para explicá-los sem que a ciência, o observador e o próprio fenômeno estejam inseridos no contexto. O social e o natural estão juntos no contexto, assim como humanos e não humanos.

Ao utilizarmos essas propostas neste trabalho estamos, consequentemente, direcionando a pesquisa para um ponto distante do determinismo social, que defende a superioridade do ator humano em relação à técnica dentro dos processos de comunicação. Ao dialogar com esses autores e também com aqueles que se distanciam da ideia de cisão entre virtual e real, este trabalho quer dizer que não há superioridade em nenhum dos pontos, agentes humanos e não-humanos são interdependentes e evoluem mútua e continuamente. “[...] a evolução biológica humana é inseparável da evolução tecnológica até o ponto de tornar-se impossível explicar a primeira na ausência da segunda, conforme tem sido trabalhado por autores que defendem a coevolução entre os humanos e máquinas” (Mazlich, 1994³ apud Santaella, 2010: 51).

Lievrouw (2014) propõe uma “abordagem de mútua modelagem” quando se trata de pesquisas envolvendo tecnologia e comunicação. Para a autora, devemos ter um olhar que veja a comunicação contemporânea como a articulação de artefatos, práticas e arranjos, pois os três elementos são mutuamente determinantes. No que diz respeito aos primeiros, Lievrouw afirma que a materialidade é o caráter físico dos artefatos que os torna úteis para determinados propósitos, quando usados em condições específicas.

Esta definição coloca em primeiro plano a materialidade dos artefatos, das coisas, não para negar a materialidade das práticas, do social ou das instituições, mas para considerar como os estudos de tecnologia da comunicação também podem engajar-se mais profundamente com a materialidade dos próprios dispositivos

³ MAZLICH, B. *The fourth discontinuity: the co-evolution of humans and machines*. New Haven: Yale University, 1994.

sem necessariamente se abrir às cobranças do determinismo tecnológico simplista. Uma abordagem mais imparcial ou congruente com a materialidade dos objetos, assim como das práticas, arranjos sociais e instituições, pode, por exemplo, abrir caminho para reconceituações de fenômenos de comunicação essenciais, como canal, interação, mensagem, organização e comunicação em grupo ou efeitos. (Ibid.: 25)

Uma vez expostos, considerações e tensionamentos (naturais, no caso), há que se colocar em discussão alguns aspectos que podem contribuir para que estudos de jornalismo se aproximem gradativamente do cenário aqui apresentado. Listamos a seguir alguns dos que poderão servir de vetores para a construção de protocolos de pesquisa futuros:

- a. Não podemos nos fixar na uniformidade de comportamento e dinâmica de sistemas e usuários que compõem a práxis jornalística. Cada situação, vertente editorial, abrangência de dispositivos e suas respectivas ofertas, comportamentos de consumo informativo, entre outros fatores, são diferentes entre si e específicos em suas correlações. Temos claro que essa constatação se constitui num fator de dificuldade na realização de estudos comparativos.
- b. Na mesma linha de não uniformidade, a literatura e a práxis apontam para o não esgotamento de modelos. É complexo fixar-nos, por exemplo, num dado modelo de negócio para uma empresa informativa contemporânea, ou em determinada estrutura operacional e de redação, já que assumimos a fluidez das ambiências. Estamos cientes de que esse não esgotamento implica um fator de dificuldade para a generalização de resultados de pesquisa.
- c. Cada objeto de comunicação, em função de sua materialidade, está imbricado num processo de mediação muito específico, que por sua vez, transforma-se segundo cada tipo comportamental de usuário, e assim por diante. Temos claro que a questão emergente se refere à adequada configuração do mesmo conteúdo jornalístico para diferentes processos de mediação. Questiona-se a existência de um “jornalismo para *tablets*” ou “jornalismo para *apps*”.
- d. Se aceitarmos a ideia de acoplagem de sistemas, anteriormente descrita, há que se configurar um processo jornalístico extramuros da mar-

ca informativa. Atuar num ambiente multissistemas de forma coordenada exige uma mudança na própria concepção do produto editorial e uma des-hierarquização da relação emissor-mensagem-receptor, ou melhor, da relação marca jornalística-leitores-mundo conectado.

Desenvolvemos aqui bases conceituais para sustentar nossas hipóteses e consideramos que esses quatro pontos propostos podem ser o embrião para uma discussão mais abrangente entre os estudiosos do jornalismo, possibilitando uma resposta mais coletiva à questão de pesquisa apresentada. ■

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, G. O que é um dispositivo? In: _____. *O que é o contemporâneo e outros ensaios*. Chapecó: Argos, 2009. p. 27-51.
- BAIRON, S. Às margens da compreensão com o digital. *Antares*, Caxias do Sul, v. 7, n. 14, p. 354-364, jul./dez. 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/RYkdHA>>. Acesso em: 12 ago. 2017.
- BERTOCCHI, D. *Dos dados aos formatos: um modelo teórico para o design do sistema narrativo no jornalismo digital*. 2014. 250 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.
- BRAGA, J. L. Comunicação, disciplina indiciária. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO, 16., 2007, Curitiba. *Anais...* Curitiba: Universidade Tuiuti do Paraná, 2007. Disponível em: <<https://goo.gl/UbxWKm>>. Acesso em: 25 ago. 2017.
- FELINTO, E. Materialidades da comunicação: por um novo lugar da matéria na teoria da comunicação. *Ciberlegenda*, Rio de Janeiro, n. 5, 2001.
- GIBSON, J. J. *The ecological approach to visual perception*. Londres: Lea, 1986.
- GUMBRECHT, H. U. O campo não hermenêutico ou a materialidade da comunicação. *Teresa revista de Literatura Brasileira*, São Paulo, n. 10/11, p. 386-407, 2010.
- HANKE, M. M. Materialidade da comunicação: um conceito para a ciência da comunicação? *Contracampo*, n. 14, p. 215-228, 2006. DOI: 10.22409/contracampo.v0i14.522
- HOLANDA, A. F. C. *Traduzindo o jornalismo para tablets com a teoria ator-rede*. 2014. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura Contemporâneas) – Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014. Disponível em: <<https://goo.gl/QXGvdQ>>. Acesso em: 28 ago. 2017.

- LATOUR, B. *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994a. Disponível em: <<https://goo.gl/2r1nPu>>. Acesso em: 28 ago. 2017.
- _____. On technical mediation: philosophy, sociology, genealogy. *Common Knowledge*, v. 3, n. 2, p. 29-64, 1994b. Disponível em: <<https://goo.gl/8rqKL5>>. Acesso em: 12 ago. 2017.
- _____. *Reagregando o social: uma introdução à teoria do ator-rede*. Salvador, Bauru: Edufba, 2012.
- LE MOS, A. *A comunicação das coisas: teoria ator-rede e cibercultura*. São Paulo: Anablume, 2013.
- _____. Things (and People) are the tools of the revolution. *Politics*, Instituto Nupef, n. 9, 2011. Disponível em: <<https://goo.gl/A9xtzG>>. Acesso em: 12 ago. 2017.
- LIEVROUW, L. A. Materiality and media in communication and technology studies. In: GILLESPIE, T.; BOCZKOWSKI, P. J.; FOOT, K. A. (Orgs.). *Media technologies: essays on communication, materiality, and society*. Londres: MIT, 2014. p. 21-52.
- LIMA, E. P. Teoria dos sistemas. In: CITELLI, A. et al. (Orgs.). *Dicionário de comunicação: escolas, teorias e autores*. São Paulo: Contexto, 2014. p. 448-458.
- LUHMANN, N. *Introducción a la teoría de sistemas*. Cidade do México: Universidad Iberoamericana, 1996.
- SAAD CORRÊA, E. Comunicação na contemporaneidade: visibilidades e transformações. In: SAAD CORRÊA, E. (Org.). *Visibilidade e consumo da informação nas redes sociais*. Lisboa: Formalpress-Media XXI, 2016. p. 4-25.
- _____. Centralidade, transversalidade e resiliência: reflexões sobre as três condições da contemporaneidade digital e a epistemologia da comunicação. In: CONGRESSO INTERNACIONAL IBERCOM, 14., 2015, São Paulo. *Anais...* São Paulo: Universidade de São Paulo, 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/VF2C8m>>. Acesso em: 29 ago. 2017.
- _____. Reflexões para uma epistemologia da comunicação digital. *Observatorio (OBS*) Journal*, n. 4, p. 307-320, 2008. Disponível em: <<https://goo.gl/sa3BdY>>. Acesso em: 12 ago. 2017.
- SANTAELLA, L. *A ecologia pluralista da comunicação: conectividade, mobilidade, ubiquidade*. São Paulo: Paulus, 2010.
- _____. *Linguagens líquidas na era da mobilidade*. São Paulo: Paulus, 2007.
- SANTAELLA, L.; CARDOSO, T. O desconcertante conceito de mediação técnica em Bruno Latour. *Matrizes*, São Paulo, v. 9, n. 1, 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v9i1p167-185>

- SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006. Disponível em: <<https://goo.gl/9eoMNY>>. Acesso em: 28 ago. 2017.
- SLOTERDIJK, P. *Esferas III*. Madri: Siruela, 2006.
- SODRÉ, M. *Epistemologia da comunicação*. Palestra proferida como aula inaugural do Programa de Pós-Graduação em Comunicação. Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo. 29 mar. 2007. Anotação.
- WESTLUND, O.; LEWIS, S. C. Agents of media innovations: actors, actants, and audiences. *The Journal of Media Innovations*, v. 1, n. 2, p. 10-35, 2014. DOI: <http://dx.doi.org/10.5617/jmi.v1i2.856>

Artigo recebido em 21 de junho de 2017 e aprovado em 10 de agosto de 2017.